

# PMDB e Centrão divergem sobre a ação de empresas médicas privadas

Da Sucursal de Brasília

O grau de liberdade para a atuação da iniciativa privada no setor de saúde emperrou ontem as negociações para a aprovação do capítulo "Da Seguridade Social", que abre o Título "Da Ordem Social". A falta de um acordo provocou o esvaziamento na sessão da tarde do Congresso constituinte, que foi suspenso às 16h40, com 271 parlamentares em plenário.



"A proposta apresentada é estatizante. A iniciativa privada desapareceria", disse o deputado Bonifácio da Andrade (PDS-MG), um dos negociadores do Centrão, que traduzia a opinião de lobistas da Associação Médica Brasileira, da Federação Brasileira dos Hospitais e de entidades privadas do setor de saúde.

Pelo texto proposto pela liderança do PMDB e pela esquerda, cabe ao Poder Público "executar diretamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado" as ações e serviços de saúde. Andrada disse que o Estado deveria executar apenas as ações e serviços públicos, deixando as outras ações e serviços para a iniciativa privada. O senador Almir Gabriel (PMDB-PA), apoiado pelo Conselho Federal de Medicina, contestou o Centrão.

"Através de contratos e convênios, a iniciativa privada poderia executar estas tarefas. Eles querem uma autonomia total e irrestrita", disse Gabriel. Durante as mais de seis horas de negociações, os lobistas contrários ao texto da Sistematização pressionaram os constituintes. "O eixo da discussão está sendo desviado", disse o deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP), lembrando que um artigo estabelece: "A assistência à saúde é livre à iniciativa privada".

O problema principal era, entretanto, sobre os critérios que regularão a contratação dos serviços de entidades privadas pelo Estado e sobre os benefícios que os hospitais privados poderão receber do Poder Público. "Nós queremos que os capitalistas obedecem as leis de



Líderes se reúnem no gabinete do senador Mário Covas para negociar o capítulo "Da Seguridade Social"

## Seguridade Social é inovação constitucional

Da Sucursal de Brasília

Seguridade Social é um conceito novo nas Constituições brasileiras e tem o apoio de todos os grupos. A partir da promulgação da nova Carta, seguindo o modelo adotado por países europeus, as ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, estarão integradas na Seguridade Social. Além de coordenar este conjunto

de ações, a Seguridade administrará um orçamento único para estas três áreas. Os critérios para o funcionamento da Seguridade serão fixados pelo poder público.

Pelo Dicionário Aurélio, "seguridade é um conjunto de medidas, providências, normas e leis que visam a proporcionar ao campo social e ao indivíduo o maior grau possível de garantia, sob os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo".

mercado", afirmou o presidente do Conselho Federal de Medicina, Francisco Costa.

A briga foi centrada em dois pontos: 1) A iniciativa privada poderá participar de forma complementar do sistema público de saúde mediante contrato de direitos público ou convênio. Este tipo de

contrato permite ao Estado uma fiscalização rígida e o cancelamento do serviço, se constatadas irregularidades. "Não é democrático dar liberdade com condicionantes", disse o presidente da Associação Médica Brasileira, Antonio Celso Nunes Nassif.

Até o final da tarde, entretanto, o

Centrão aceitava este tipo de contrato. Mas o PMDB não tinha segurança de sua inclusão. Várias das dificuldades da negociação de ontem foram provocadas pela substituição do deputado Paes Landim (PFL-PI) por Andrada. 2) Apesar de proibir a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos, o texto em negociação não proíbe a destinação de subsídios. A liderança do PMDB e a esquerda queriam uma proibição total.

### Seguridade Social

Antes da negociação emperrar na seção "Da Saúde", as bases para o funcionamento da Seguridade Social foram aceitas pelos grupos. Dois pontos ficaram pendentes: a preservação de contribuições obrigatórias para entidades privadas de serviço social (como o Sesi e o Sesc) e o prazo para a destinação das contribuições sociais que formarão o orçamento da Seguridade Social. Mas um entendimento ainda poderia ser acertado antes da votação.

## Lobista pressiona para incluir uma palavra no texto

O "lobby" mais detalhista e específico do Congresso constituinte foi feito ontem pelo presidente da cooperativa de médicos Unimed do Brasil, Edmundo Castilho, que pressionou os constituintes pela inclusão da palavra "às" num dos parágrafos do artigo 232 do sistema de saúde. Satisfeito, no final da tarde, recebeu a garantia de que a expressão constaria do texto e comemorou.

A inclusão do termo "às" garante à Unimed participar "preferencialmente" de forma complementar do

sistema público de saúde mediante contratos ou convênios. O texto original afirma que a preferência é garantida às "entidades filantrópicas e sem fins lucrativos", o que pode ser entendido como exigência de que a entidade seja simultaneamente "filantrópica" e "sem fins lucrativos". Com a inclusão da expressão "às" na posição desejada por Castilho o texto fica com a seguinte redação: a preferência é garantida "às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos". Com o "às" antes de "sem fins lucrativos",

abre-se a brecha para que a cooperativa de médicos Unimed —estatutariamente "sem fins lucrativos" mas sem caráter "filantrópico"— possa ser incluída entre os beneficiários da lei.

Castilho não considera um privilégio sua conquista, afirmando que 35.000 médicos integram a Unimed, que, segundo ele, atende 6,5 milhões de usuários pelo país. O presidente da Unimed argumenta em favor de sua fórmula afirmando que existem instituições privadas concorrentes

da Unimed que são consideradas como "entidades filantrópicas e de utilidade pública" e seriam beneficiadas pelo texto original.

A segunda preocupação de Castilho foi com a permanência da proibição à participação direta ou indireta de empresas estrangeiras ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país. "O capital estrangeiro transforma a doença numa matéria prima rendosa", disse Castilho, que preside uma entidade que é concorrente das instituições que critica.

## UB quer mudança nos direitos trabalhistas

Da Sucursal de Brasília

A limitação da cobrança de juros em 12% ao ano, o turno de seis horas, a imprescritibilidade das ações trabalhistas, o direito de greve irrestrito e a licença paternidade de oito dias são os principais pontos aprovados em primeiro turno pelo Congresso constituinte que a União Brasileira de Empresários (UB) deseja mudar quando forem votados em segundo turno. Essa decisão foi tomada ontem durante a reunião da diretoria da entidade na Confederação Nacional do Comércio (CNC) em Brasília.

Segundo o presidente da CNC, Antônio de Oliveira Santos, a UB ainda "não discutiu a definição de empresa nacional". Oliveira Santos disse que pessoalmente acha "que a definição tem coisas boas, mas ela vai encontrar problemas para atrair capital estrangeiro".

Oliveira Santos, que também coordena os trabalhos da UB, informou após a reunião que essa foi uma "primeira avaliação dos resultados" do trabalho do Congresso constituinte. Segundo ele, após a conclusão dessa fase, a UB pretende reunir todos os seus membros em um amplo auditório para discutir e definir de que maneira vai lutar na defesa de seus interesses.



Empresários da UB se reúnem na sede da Confederação Nacional do Comércio

De imediato, Oliveira Santos criticou duramente a aprovação do "tabelamento em 12% do custo do dinheiro". Ele afirmou que os 314 constituintes que votaram a favor dessa proposta "estão divorciados da realidade econômica de qualquer país do mundo". "Isso é um retrocesso, no momento em que se quer dar ao país um sistema de livre concorrência", disse.

### Ponto positivo

Santos elogiou como "ponto favorável", que "agradou a UB", a defesa do direito de propriedade, "caracterizado na votação da reforma agrária". "No momento em que se garante a propriedade privada produtiva está se demonstrando que o direito de propriedade está preservado."

Participaram da reunião, além do presidente da CNC, os presidentes de várias confederações: o senador Albano Franco (PMDB-SE), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Camilo Cola, presidente da

Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT), Roberto Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), o deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG), presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB).

Também estavam na reunião o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, e o secretário-geral da UB, Sylvio Pedrosa.

Com relação ao Congresso constituinte, o coordenador da CNC, afirmou que na questão do turno de seis horas eles pretendem apoiar uma emenda supressiva que retire a palavra "máxima", abrindo espaço para que possam existir jornadas acima desse tempo, com garantia de remuneração pelas horas-extras. "A UB não pretende lutar contra os 120 dias de licença-maternidade e sim contra os oito dias para o pai", disse Santos.

Outra área de atrito que os empresários querem eliminar é o que Santos identifica como "transformação do direito de greve, que é líquido e certo, em poder", que seria a deflagração de greves por setores independentes dos sindicatos e em setores essenciais.